

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS**A SOCIEDADE BRASILEIRA E A PSICOLOGIA SOCIAL: gênese do seu
projeto de compromisso social com a realidade brasileira****BRASILIAN SOCIETY AND SOCIAL PSYCHOLOGY: the genesis of your Project of social
commitment to the Brazilian reality****Claudineide Alves dos Santos ¹****RESUMO**

O presente artigo objetivou apresentar a formação da sociedade brasileira como uma sociedade de classes, originada no sistema capitalista, e a relação dessa visão de homem e de mundo interferindo nos pressupostos teóricos e epistemológicos da ciência. Com o intuito de demonstrar para além dessa visão, a possibilidade de uma nova compreensão da sociedade e de novas matrizes teóricas, como a psicologia social, contextualizada na realidade brasileira. O estudo foi realizado por meio de uma breve revisão bibliográfica, através da qual pode-se constatar que, a partir da psicologia social, foi possível um novo campo para a psicologia – o da psicologia comunitária. Os achados demonstraram que a psicologia social se configura como uma perspectiva que colabora eficazmente com a consciência crítica da sociedade.

Palavras-chave: Sociedade brasileira; Psicologia Social; Compromisso social.

ABSTRACT

The present article aimed to present the formation of the Brazilian society as a class society, originated in the capitalist system, and the relation of this vision of man and of the world, interfering in the theoretical and epistemological assumptions of Science, in order to demonstrate beyond this vision the possibility of a new understanding of society and new theoretical matrices, such as social psychology contextualized in the Brazilian reality. The study was carried out through a brief bibliographic review. It was observed through the study, that from social psychology, a new field for psychology was possible – that of Community psychology. The findings showed that social psychology is configured as a perspective that effectively collaborates with the critical awareness of society.

Keywords: Brazilian society; social psychology ; social commitment

¹ Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Vila Bacanga, MA (Brasil).
E-mail: santos.claush@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A formação da sociedade brasileira apresenta componentes como o sistema escravocrata, que a caracteriza como uma sociedade de origem capitalista dependente. Os desdobramentos desse sistema contribuíram para uma sociedade de mal-estar generalizado. No seu processo de desenvolvimento com o fenômeno da modernização e urbanização, visto no movimento civilizatório, a burguesia foi se constituindo com posturas antidemocráticas e tirando proveito da situação de desigualdade social. Essa ideologia não afetou somente o modo de viver brasileiro, mas também afetou o saber científico como uma das formas de fazer prevalecer a ideologia dominante. Este cenário foi propício à Ditadura Militar, e a partir dela o reposicionamento da sociedade brasileira através dos sujeitos ativos na sua história.

Isto posto, o objetivo do presente artigo é apresentar a psicologia social como uma das respostas às demandas da sociedade atual, pois se configura como uma práxis do psicólogo, na sua concepção de homem sócio histórico, e continua tecendo à sociedade uma reflexão através do seu compromisso social, convocando esse sujeito social à sua consciência de ser ativo transformador da sua realidade social.

O estudo se configura como uma revisão bibliográfica, na qual ressaltamos a sociedade brasileira como uma sociedade de classes. Na primeira seção apresentamos essa compreensão com o título: A formação da sociedade brasileira: elementos capitalistas, destacando esse posicionamento em autores como, Caio Prado Júnior, Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes. A segunda seção, denomina-se: Psicologia: ciência e profissão, a qual ressaltamos o contexto de reconhecimento da psicologia como ciência, e as implicações do contexto norte americano, tornando-a como uma ciência dependente de suas matrizes teóricas, e por fim, o último item denomina-se, Psicologia Social : contexto latino americano e brasileiro, como uma das vertentes da Psicologia que, neste contexto, se preocupou em desmembrar-se das matrizes teóricas que o prendiam ao contexto norte americano, e dessa forma, em sua práxis, buscam o compromisso social com o ser humano visto em sua realidade sócio histórica.

2 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: ELEMENTOS CAPITALISTAS

No desenvolvimento da formação da sociedade brasileira encontram-se elementos que a caracterizam como uma sociedade capitalista, e nos processos de mudança, foi seguindo a

ordem mundial, se particularizando como um país dependente e se readaptando com os interesses de poucos. O Período Colonial nos fornece componentes que subsidiam a compreensão da sociedade brasileira desde esse período até os dias atuais.

Prado Júnior (2006), destaca a sociedade brasileira, no período Colonial, no seu desenvolvimento, isto é, no seu modo de ser, no sentido da sua existência colonial, o da destinação ao comércio europeu de alguns gêneros minerais e tropicais valiosos, e dessa forma, a economia brasileira ia se constituindo de forma subordinada. Ao buscar compreender os traços e caracteres da sociedade colonial, observa-se a pobreza dos vínculos sociais como expressão da ausência de nexos morais. Para Prado Júnior (2006, p. 435), compreende-se o nexo moral como “sentido amplo de aglutinação complexo de relações humanas que mantém ligados e unidos os indivíduos de uma sociedade, e os fundem num todo coeso e compacto.” A ausência de nexo moral se reflete na contradição, na incoerência de unidades e grupos que apenas coexistem e se tocam.

Um dos laços mais fortes dessa sociedade tornou-se a relação do trabalho e da produção. Essa sociedade assinalada pela contradição, é um fenômeno que Darcy Ribeiro (1995), evidencia acerca do processo sociocultural brasileiro, pois o distanciamento social e cultural entre as classes ricas e pobres favorece a contradição, que é percebida por um lado, com características marcantes, como; o vigor físico, a longevidade, a beleza como frutos da riqueza social, e como contraponto, características como; a enfermidade, a fraqueza, o envelhecimento precoce e a feiura como expressões de situação de pobreza.

Essa estratificação social, que no Brasil foi gerada historicamente, apresenta como uma de suas principais características o seu raciocínio advindo e estruturado como um tipo de negócio, privilegiando a uns e degradando, subjugando a outros. Como consequência dessa situação,

Esse caráter intencional do empreendimento faz do Brasil, ainda hoje, menos uma sociedade do que uma feitoria, porque não estrutura uma população para o preenchimento de suas condições de sobrevivência e de progresso, mas para enriquecer uma camada senhorial voltada para atender as solicitações exógenas (RIBEIRO, 1995, p.212).

Essas peculiaridades – do distanciamento social e cultural – no processo formativo brasileiro, ao longo do tempo foi condicionando a burguesia brasileira a tratar os pobres apenas como força de trabalho, voltada para o desempenho produtivo sem direitos que lhes

favorecesse o mínimo necessário para uma sobrevivência digna, particularidade essa que já provinha do sistema escravocrata no Brasil Colônia. Pois, a sociedade colonial se constitui a partir de um núcleo central, tendo como seu principal elemento a escravidão. As relações de escravidão estavam relacionadas apenas ao trabalho e produção. De acordo com Prado Júnior (2006), a condição de servidão retirou até mesmo a dignidade cultural que os negros trouxeram do seu país.

Segundo Ribeiro (1995), os desdobramentos “da casa grande colonial”, ainda repercutem nos dias atuais, no movimento civilizatório brasileiro, pois se constatou a população em situação de profunda miséria. O movimento civilizatório com a industrialização sofreu alterações a nível técnico e ideológico que refletem na própria estrutura da civilização de países dependentes. A industrialização é um fenômeno que ocorre simultaneamente com a urbanização. E na sociedade brasileira algumas características são marcantes. Surgiu um novo modo de ser e de pensar, como se viu a partir do êxodo rural, que sofreu as consequências de uma “promessa” de melhor qualidade de vida por via de empregos. Entretanto, o que se viu no cotidiano dessas pessoas foi uma situação de vulnerabilidade social, pois as cidades urbanas além de não estarem preparadas para receberem esse contingente de pessoas, não ofereciam empregos suficientes, e isso demandou uma competição maior entre os indivíduos.

Essas duplicações, em relação às raízes originárias desse fenômeno desde a colonização, são também encontradas no processo de modernização brasileira, que se constitui agora como a burguesia. Para Florestan Fernandes (2005, p.69),

Nas sociedades nacionais dependentes, de origem colonial, o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem social competitiva. Ele se defronta com estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sob o regime colonial, apenas superficialmente ajustadas aos padrões capitalistas de vida econômica.

Assim, a modernização no Brasil, é um fato que foi ganhando corpo, mas conservando traços do Período Colonial. É nesse sentido, que Prado Júnior (2006), ao se referir ao cenário da sociedade colonial, de forma geral sobre os seus elementos, constata que houve uma tremenda desordem, cuja reação decorrente de todas as situações contribuiu para um mal-estar generalizado que roubava a estabilidade e o equilíbrio da sociedade.

Mal-estar econômico e social de raízes profundas, que no caso particular de cada indivíduo ou grupo se explicará por esta ou aquela circunstância especial e imediata, mas que em última análise derivará

de qualquer coisa de mais fundamental e geral: o próprio sistema da colonização brasileira (PRADO JÚNIOR, 2006, P.356).

Essa compreensão, sobre a sociedade brasileira, como uma sociedade que se apresenta na vivência do seu cotidiano com um mal estar generalizado devido ao seu próprio sistema, também aparece em Darcy Ribeiro (1995). De acordo com este autor, o processo sociocultural brasileiro, em sua urbanização, foi sendo construído em situações de caos, a vida urbana cresceu, e em 40 anos a população cresceu mais que o dobro, pois a partir de 1920, era possível perceber esse quantitativo. A sua população era de 30,6 milhões e passou para 70,9 milhões em 1960. Cresceram também as cidades metropolitanas e as cidades pequenas e médias. Entretanto, em sua base, cresceu como uma sociedade de classes, o que afetou negativamente a sua população.

Acerca dessa urbanização marcada pelo êxodo rural, que também sofreu as consequências da expulsão do campo por conta das atividades latifundiárias, que eram incapazes de manter a produção agrícola de acordo com o crescimento populacional, Ribeiro (1995), esclarece

O Brasil alcança, desse modo, uma extraordinária vida urbana, inaugurando provavelmente, um novo modo de ser das metrópoles. Dentro delas geram-se pressões tremendas, porque a população deixada ao abandono mantém sua cultura arcaica, mas muito integrada e criativa. Dificulta, também, uma verdadeira modernização, porque nenhum governo se ocupa efetivamente da educação popular e da sanidade (RIBEIRO, 1995, p.200).

O autor mencionado acima, ainda destaca que esse problema persiste até os dias atuais, não obstante, alerta para a consciência coletiva de que não se pode deixar a população à mercê da pobreza, da violência, da desigualdade social. É nessa dimensão, que aponta para a responsabilidade social e política da sociedade, que não se deve permitir que crianças e idosos fiquem entregues à própria sorte. Uma vez que é possível empregos que ofereçam melhores condições de vida à população, sendo necessária, portanto, uma reestruturação agrária, pois é exatamente no campo que também se pode oferecer oportunidades de trabalho que sejam capazes de dar dignidade de vida às pessoas do campo.

É nesse contexto de desigualdades sociais, culturais, econômicas que ocasionam síndromes nos sobreviventes, ou seja, que gera um mal estar geral entre estes, os quais estão presentes na zona rural e urbana. No entendimento de Ribeiro (1995), o homem está enfermo

de desigualdade, pois enquanto uns lutam pela liberdade, outros são expressões de manutenção de desigualdade e opressão.

No processo de revolução burguesa, os avanços políticos e econômicos no Brasil aconteceram dissociados. Exaltou-se somente o processo de aceleração econômica, enquanto o primeiro aspecto – o político, estrategicamente foi deixado de lado. Para Perondi (2007), isso ocorre a partir de dois elementos; o primeiro se refere ao fato de o Brasil apresentar condições e processos econômicos diferentes das nações centrais do capitalismo; e o segundo elemento diz respeito à organização das forças contestatórias de poder no Brasil, pois as camadas sociais desfavorecidas não estavam organizadas como grupos capazes de exercer pressão nas estruturas de poder.

Nos países periféricos, devido a sua condição de maior heterogeneidade, as classes baixas não possuíam capacidade de se organizar de tal maneira que se conseguisse alcançar conquistas políticas efetivas. Em decorrência disso, a classe que se tornou hegemônica estabeleceu uma forma de dominação centrada unicamente nos privilégios da pequena minoria que a compunham, em detrimento da maioria (PERONDI, 2007, p. 138).

Outro fator que também contribuiu com a constituição da burguesia brasileira foram as condições estruturais e funcionais do capitalismo existente no Brasil. É nesse sentido, que a burguesia brasileira não se constitui como uma força política revolucionária, surgindo assim, como consequência momentânea da sociedade de classes, não se preocupando em destituir o poder de alguns, mas em tirar vantagens, em aproveitar-se das condições desiguais da sociedade brasileira (RIBEIRO, 1995). Isso demonstra que o Brasil não tinha e continua sem um projeto de desenvolvimento autossustentável que seja capaz de prover empregos à população, mas que apenas garanta um solo para aqueles que já estão integrados no sistema econômico.

Sendo o que somos, não se pode adiar mais a formação de um projeto próprio que nos insira no contexto mundial, guardando nossa autonomia econômica para um crescimento autônomo. O que nos falta hoje é maior indignação generalizada em face de tanto desemprego, tanta fome e tanta violência desnecessárias, porque perfeitamente sanáveis com alterações estratégicas na ordem econômica. Falta, mais ainda, competência política para usar o poder na realização de nossas potencialidades (RIBEIRO, 1995, P.203).

É nessa dinâmica que as gerações atuais e futuras precisam tecer um olhar crítico provocativo em relação à sua própria história e ao país, a fim de que sejam despertados para a

capacidade de reconhecer que é preciso fazer algo melhor para sua população. É com esse intuito que a Psicologia Social foi desenvolvida no contexto latino americano e brasileiro.

3 PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO

A psicologia é resultado de uma sequência de esforços de vários estudiosos. As contribuições dos cientistas Fechner, Wilhelm Wundt e Titchener, em meados do século XIX, foi o marco inicial da Psicologia como ciência. Fechner, ao publicar a obra *Elementsofpsychophysics* em 1860, é considerado o pai da psicologia experimental. No entanto, o fisiologista Wundt ao instalar o laboratório em *Leipzig* na Alemanha, ao pesquisar a consciência por meio do método da introspecção e ao lançar a primeira revista, deu início a psicologia experimental como ciência, sendo, portanto, considerado o fundador da psicologia científica (SCHULTZ E SCHULTZ, 2011).

De acordo com Goodwin (2010), no mundo, o primeiro curso de psicologia, designado de psicologia fisiológica, foi ministrado por Wundt em 1867 em Heidelberg. A psicologia no contexto norte americano teve influências das descobertas de Wundt, de Darwin e dos imigrantes da Escócia que se mudaram para o país no século XVIII. Neste contexto de descobertas científicas e de mudança mundial, na conjuntura entre guerras, com o surgimento do Nazismo alguns pesquisadores da psicologia da Áustria e da Alemanha imigraram para os Estados Unidos. É nestas circunstâncias que nos Estados Unidos é desenvolvida a Psicologia Social, que posteriormente, também se desenvolveu no contexto latino americano e brasileiro.

No Brasil, na institucionalização da Psicologia como profissão, esse compromisso era quase exclusivamente com a elite, pois o cenário era o da modernização do país, e a tecnologia nesse âmbito ganhou espaço social. Dessa forma, eram produzidos os testes psicológicos que se apresentavam de forma objetiva e tecnológica para categorizar o homem. Encontrando o “homem certo para o lugar certo”. Esse campo foi o primeiro campo de inserção da Psicologia como profissão - o processo de seleção de pessoal e orientação profissional (BOCK, 2010).

Segundo Antunes (2006), a psicologia no Brasil, não diferente do contexto mundial, foi se consolidando em períodos. O período de consolidação se caracterizou pelo desenvolvimento e efetivação do ensino, pesquisa e produção de estudos e os campos de atuação. O período de profissionalização se configurou a partir da Lei 4.119/1962, que reconheceu a profissão do

psicólogo bem como estabeleceu os cursos para sua formação. E o último período, até então, é o da ampliação dos campos de atuação do psicólogo e a explicação de seu compromisso social.

De acordo com Lane (2006), a psicologia social se desenvolveu como estudo sistemático e científico logo após a Primeira Guerra Mundial, e buscou compreender e intervir nas crises pelas quais o mundo passava. Nesse contexto, entre os pesquisadores surgiu o seguinte questionamento: em condições de crescente tensão social e arregimentação, como é possível preservar os valores e os direitos humanos? Um desafio estava posto aos estudiosos da psicologia social, que se colocaram no propósito para pesquisar temáticas como; liderança, opinião pública, propaganda, preconceito, mudança de atitudes, comunicação, relações raciais, conflitos de valores, relações grupais etc. Rodrigues (2007, p.21) define psicologia social como “estudo científico da influência recíproca entre as pessoas (interação social) e do processo cognitivo gerado por essa interação (pensamento social).” Essa ação, na realidade é uma ação mútua, afeta pensamentos, emoções e comportamentos das pessoas envolvidas, seja diretamente ou indiretamente. Lane e Codo (1997) sistematizam a relação da psicologia com a psicologia social,

A relação entre psicologia e psicologia social deve ser entendida em sua perspectiva histórica, quando na década de 50 se iniciam sistematizações em termos de psicologia social, dentro de duas tendências predominantes: uma na tradição pragmática dos Estados Unidos. A outra tendência que também procura conhecimentos que evitem novas catástrofes mundiais, segue a tradição filosófica europeia (LANE E CODO, 1997, p. 10)

A tendência estadunidense visava à minimização de conflitos, nos quais os homens tornar-se-iam felizes e seriam reconstrutores de uma humanidade mais pacífica pós guerra, entretanto, na sua ênfase, buscavam eram alterar posicionamentos e atitudes, a fim de garantir a produtividade do grupo. Logo, esse campo científico – o da psicologia social, foi questionado quanto à sua eficácia, a partir de 1960 quando de fato surgiu uma crise de conhecimento psicossocial que não estava intervindo, nem tão pouco prevendo comportamentos sociais. Esse movimento ganhou forças e avançou em novas concepções em países como Estados Unidos, França, Inglaterra e na América Latina (LANE E CODO, 1997).

É nesse contexto que se iniciou uma nova reformulação dos pressupostos teóricos e epistemológicos, e surgiu uma nova concepção do homem para a psicologia. No Brasil, com a criação da Lei 4.119 de 1962 tinha-se um desafio. Segundo Bock (2010, p.249).

Foi como uma certidão de nascimento, antes que o bebê tivesse nascido, ou seja, não tínhamos, naquele momento algo que pudesse ser denominado profissão: não havia uma categoria profissional, não havia (a não ser os testes), um conjunto de ferramentas de trabalho, não havia um discurso que identificasse os psicólogos, enfim, não havia nenhuma condição social para o reconhecimento social, legal, de uma profissão de psicólogo.

Sobre essa situação, Bock (2010), ainda afirma, que os psicólogos foram surpreendidos pelo Projeto de Lei, a participação dos mesmos foi somente solicitada quando o projeto já estava pronto; trabalharam para produzir ementas, ou seja, modificar a situação. Entretanto, com a aprovação da lei, restou um grande desafio; construir a profissão.

4 PSICOLOGIA SOCIAL: CONTEXTO LATINO AMERICANO E BRASILEIRO

No contexto Latino Americano, dependente tanto economicamente como culturalmente, a psicologia social inicialmente oscilava entre as tendências pragmatistas norte-americanas e a visão de homem filosófico europeu. Para Lane (1997), essas duas tendências não eram coerentes com a realidade histórica econômica e política do cenário latino americano. É a partir dessa insatisfação com os pressupostos teóricos e epistemológicos reproduzidos na América Latina, que não respondiam a situação deplorável à qual estava submetido o povo que foi se pensando em articulações para a mudança a nível teórico e prático da psicologia social.

De acordo com Lima (2009), os questionamentos e insatisfação dos psicólogos da psicologia social conduziu ao movimento que culminou no Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia, em 1976, em Miami. A proposta dessa nova concepção de homem crítico surgiu com os psicólogos envolvidos com os movimentos sociais. Esse foi um período em que o subdesenvolvimento e a postura estrutural impediam mudanças mais significativas na economia e na situação de desigualdade, ou seja, na estrutura de poder, eram debatidos diretamente.

A respeito desse movimento, no Congresso, Lane (1997), ressalta que o grupo da Venezuela apresentou críticas mais sistematizadas, pois já estavam organizados na Associação Venezuelana de Psicologia Social (AVEPSO), grupo que coexistiam com a Associação Latino Americana de Psicologia Social (ALAPSO). Em 1979, aconteceu novamente o Congresso de Psicologia, dessa vez no Peru. Nesse Congresso, a equipe brasileira já estava mais estruturada, e as críticas eram mais precisas e novas propostas surgiram; e foi repensada a psicologia social

no contexto latino americano. Pesquisadores do México, do Peru e do Brasil participaram e relataram os problemas decorrentes de seus países, bem como as perspectivas em cada país, existentes para o pesquisador.

O contexto sócio político do Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, era o da plena Ditadura Militar, cenário esse que foi fundamental para a mudança de rumo da profissão no país. Com a Ditadura Militar veio a perseguição aos intelectuais, à esquerda e à sociedade civil. É nesse ambiente que, contraditoriamente, foram fortalecidos na psicologia novos pressupostos teóricos e um novo campo de atuação – o da Psicologia Social e o da Psicologia Comunitária com uma expressão direta do compromisso social do fazer do psicólogo com a população (BOCK, 2010).

Nesse período, de acordo com Carone (2007), pela primeira vez foi oferecido no Brasil, através do Programa de Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a disciplina Psicologia Social e realidade brasileira. Se evidenciava o novo sentido da psicologia social estruturada em quatro conteúdos; o reconhecimento do caráter social e histórico do psiquismo do comportamento humano; a atenção voltada para as questões nacionais; a preservação do objeto da psicologia a partir do primado do social; a escolha de questões de relevância social e política no Brasil e na América Latina.

Esse movimento propiciou o Segundo Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Psicologia - ANPEPP, que ocorreu em 1989, no Rio Grande do Sul. Nesse simpósio, Silvia Lane apresentou o trabalho “Uma Psicologia Social baseada no materialismo histórico dialético: da emoção ao inconsciente”. Neste trabalho foi lançado e defendido as matrizes da psicologia social.

Nessa conjuntura foi lançado o Livro “Psicologia Social: o homem em movimento”, organizado por Silvia Lane e Wanderley Codo, em 1984. De acordo com Lane (1997, p.9), buscava-se “contribuir para uma psicologia voltada para os problemas concretos de nossa realidade, tornando o profissional um agente de transformação da sociedade brasileira.”

De acordo com Bock (2007), a psicologia social também pode ser denominada de psicologia sócio histórica, objetivando a produção de um conhecimento que se comprometa com a transformação social, cujas elaborações teóricas busquem a desnaturalização dos fenômenos sociais. Neste sentido, o objeto de estudo da psicologia sócio histórica é o ser humano e o seu mundo psíquico como construções históricas e sociais da humanidade. Nessa dimensão, o mundo psíquico é compreendido, na sua caracterização, ligado ao mundo material

e às formas de vida. O sujeito e o mundo são âmbitos de um mesmo processo.

A concepção do humano da psicologia sócio histórica pode ser assim sintetizada: o ser humano é um ser ativo, social e histórico. É essa sua condição humana [...]. Esse processo histórico é construído pelos indivíduos, e é esse processo histórico que constrói os seres humanos. A psicologia deve buscar compreender o indivíduo como ser determinado histórico e socialmente. Esse indivíduo jamais poderá ser compreendido senão por suas relações e seus vínculos sociais, pela sua inserção em determinada sociedade, em um momento histórico específico (BOCK, 2008, p.78).

Através da práxis do psicólogo, no seu cotidiano, nessa compreensão do ser humano, se exige posturas coerentes que auxiliem o indivíduo a ser um sujeito protagonista de sua história e de sua sociedade, buscando-se a consciência e a responsabilidade do compromisso social com a sociedade.

5 CONCLUSÃO

O sistema capitalista se estrutura na sociedade de classes. No decorrer da história da sociedade brasileira esse fenômeno trouxe consequências desde o período colonial, e com a modernização a burguesia brasileira se configurou como uma classe “privilegiada” que subjugou a classe pobre. É isso que afirmou Darcy Ribeiro (1995, p. 85) “o homem está enfermo de desigualdade, pois enquanto uns lutam pela liberdade, outros são expressões de manutenção de desigualdade e opressão.”

Essa perspectiva dominante perpassa não somente a sociedade, mas também outras esferas, como a política, a economia, e os axiomas científicos. Essa visão do capitalismo, influenciou a psicologia no seu contexto inicial entre guerras, momento que se originaram as matrizes teóricas e epistemológicas da psicologia social, no cenário da cultura pragmatista e capitalista estadunidense.

Ao ser aplicada na América Latina, e sobretudo, na conjuntura brasileira que se vivia a Ditadura Militar, esse saber científico foi questionado e reformulado, a fim de atender as demandas sociais históricas brasileiras. De acordo com Lane (1997) ao se repensar a psicologia social, no Brasil, surgiu uma nova perspectiva de homem, cujo sujeito é concebido na intersecção de sua história com a história de sua sociedade, ou seja, no ponto de encontro de sua própria história com a história do mundo que o rodeia.

Partindo dessa perspectiva, o ser humano deve ser considerado em sua totalidade, que se constitui nas relações sociais presentes em um contexto sócio histórico. Com a necessidade de recobrar o homem enquanto agente produto e produtor de sua história, e neste sentido, a psicologia social se propôs a desenvolver um trabalho com os indivíduos e grupos com a proposta de colaborar com a consciência crítica do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M.A.M. A Consolidação da Psicologia no Brasil (1930-1962): sistematização de dados e algumas aproximações analíticas. **Revista Psicologia da Educação**. São Paulo, 22, 1 sem, 2006, p.79-94. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752006000100005.
- BOCK, A.M.B. Silvia Lane e o projeto do “Compromisso Social da Psicologia”. **Revista Psicologia e Sociedade**. 19. Edição especial, v.2, p.46-56, 2007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/psoc/a/w5gPmcgxnB5w5ThhFkCyCtb>
- BOCK, A.M.B. A psicologia no Brasil. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**. V.30. p 246-271, 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/ptsPLZhXfqLTzKmyj7b6pDp/abstract/?lang=pt>
- BOCK, A.M.B. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CARONE, I. O papel de Sílvia Lane na mudança da Psicologia Social no Brasil. **Revista Psicologia e Sociedade**. 19. Edição especial. V2. P. 62-66, 2007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/psoc/a/mzL9YbsVYh9BGRwjCP8m9sC/abstract/?lang=pt>
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2005.
- GOODWIN, C.J. **História da Psicologia Moderna**. São Paulo, Cultrix, 2010.
- LANE, S.T.M. **O que é Psicologia Social**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- LANE, S.T; CODO, W (orgs). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo, ABDR, 1997.
- LIMA. Psicologia Social como psicologia política: a proposta de psicologia social crítica. **Revista Psicologia Política**. V.09. n.18. p.233-236. Jul – dez, 2009. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000200004
- PERONDI, E. A revolução burguesa no Brasil. **Revista DIG**. Florianópolis, n.3. p.135-146, 2007. ISSN. 1980-3532. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/21321>

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: brasiliense, 2006.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

RODRIGUES, A. **Psicologia Social**. Rio de Janeiro. Vozes, 2007.

SCHULTZ, D.P; SCHULTZ, S. E. **História da Psicologia Moderna**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.